



POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 29

realização



correalização



Nossas ações contribuem para o fortalecimento dos **ODS**



POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 29

O Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares (LUPPA) é um programa contínuo de aprendizagem, que apoia cidades na promoção de políticas alimentares com uma abordagem sistêmica, intersetorial, coerente e participativa. No LUPPA, representantes de quase 50 municípios brasileiros trabalham juntos para construir uma agenda integrada de sistemas alimentares em suas cidades, cobrindo temas que vão desde o combate à fome e à insegurança alimentar, até a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, passando por geração de renda, garantia de direitos, educação alimentar e desenvolvimento regional. Este trabalho foi reconhecido no relatório State of Food Insecurity in the World (SOFI, 2023) das Nações Unidas como exemplo de inovação em segurança alimentar e nutricional.

Em sua terceira edição (2023-2024), o LUPPA reúne 43 cidades de 18 estados brasileiros, impactando mais de 14 milhões de habitantes, e conta com o apoio e parceria de cinco cidades mentoras: Belo Horizonte, Curitiba, Osasco, Recife e São Paulo. O LUPPA contribui para as campanhas internacionais Race to Zero e Race to Resilience e responde à Chamada para Ação de Atores Não-Estatais para transformação dos Sistemas Alimentares, promovida pelos UN Climate Change High Level Champions e pela Marrakech Partnership.

As seguintes recomendações são apresentadas à Comunidade Internacional para contribuir na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes) - COP 29 e apoiar a construção de sistemas alimentares mais resilientes, justos e sustentáveis a partir da ação nas cidades:



I) Fomento à agroecologia urbana e periurbana como forma de mitigação, adaptação e resiliência à emergência climática

A agroecologia urbana e periurbana é uma estratégia poderosa, tanto para mitigação quanto para adaptação climática. Além de reduzir a pegada de carbono, promove a resiliência alimentar das cidades e promove acesso à alimentação saudável para a população. Para favorecer circuitos curtos e garantir acesso direto a alimentos frescos e saudáveis, recomendamos:

1. Aumento do financiamento internacional para iniciativas de adaptação em áreas vulneráveis, assim como o financiamento contínuo de ações de aquisição de alimentos para doação simultânea, priorizando sistemas produtivos que promovam soberania alimentar e valorizem a diversidade alimentar local, municipal e regional, considerando as áreas rurais e urbanas, reforçando a agroecologia nos sistemas produtivos citados.

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 29

2. Investimento na oferta de assistência técnica e capacitação em práticas agroecológicas, com planos de transição agroecológica para os sistemas produtivos convencionais, objetivando contribuir com o ODS 2 da Agenda 2030 e com a Nova Agenda Urbana (NAU). Prover o acesso a alimentos, e desenvolver ações pensando também na perspectiva dos agricultores, com estratégias para grupos minoritários que precisarão de capacitação técnica para produção e comercialização de seus produtos.

3. Reconhecimento e integração da agroecologia urbana e periurbana nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), como parte das ações de mitigação e de adaptação de forma circular, fomentando a compostagem e a produção de bioinsumos; a recuperação das áreas degradadas com estímulo às agroflorestas.

II) Segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, adaptação às mudanças climáticas, e aumento do financiamento para adaptação.

Para fortalecer a segurança alimentar e nutricional em cenário de emergência climática, é essencial que a adaptação climática seja integrada às políticas alimentares, não apenas de produção de alimentos, mas também de acesso aos mesmos, garantindo a todos uma alimentação adequada, diversificada e com base em produção sustentável. Para tanto, recomendamos:

1. Aumento do financiamento internacional para iniciativas de adaptação em áreas vulneráveis, assim como o financiamento contínuo de ações de aquisição de alimentos para doação simultânea, priori-

zando sistemas produtivos que promovam soberania alimentar e valorizem a diversidade alimentar local, municipal e regional, considerando as áreas rurais e urbanas, reforçando a agroecologia nos sistemas produtivos citados.

2. Inclusão de incentivos a - e monitoramento de - práticas sustentáveis e adaptativas nos sistemas de compras públicas de alimentos e serviços de alimentação, promovendo e estimulando o acesso a alimentos saudáveis provenientes de cadeias curtas de consumo e adaptados às mudanças climáticas. Utilização de sistemas de trocas para diversificar as alimentações entre comunidades e povos, intermediado pelo Estado e com suporte da sociedade civil, incluindo rotas de transporte e acesso a mercados que são frequentemente interrompidos, dificultando o acesso a alimentos em comunidades mais isoladas.

Investimentos em infraestruturas públicas de segurança alimentar que possam responder rapidamente a choques e crises climáticas emergenciais, minimizando o risco de insegurança alimentar grave das populações vulnerabilizadas, com distribuição de alimentos e incremento da capacidade de funcionamento dos equipamentos públicos alimentares para preparação e fornecimento de refeições. Fornecimento de apoio técnico e capacitação dos agricultores em técnicas de adaptação climática, assim como treinamento e capacitação de agentes e gestores locais.

III) Financiamento para garantir remuneração justa de produtores familiares para tornar dietas saudáveis e sustentáveis mais acessíveis

POSICIONAMENTO LUPPA PARA A COP 29

Para que dietas saudáveis e sustentáveis sejam acessíveis à população em tempos de emergência climática, é essencial que produtores familiares sejam incentivados, via remuneração justa, a continuar produzendo apesar dos riscos a que suas produções estão cada vez mais expostas frente às mudanças climáticas. Para que produtoras e produtores familiares e de comunidades tradicionais permaneçam produzindo alimentos de qualidade, recomendamos:

1. A criação de fundos de cofinanciamento para produção familiar sustentável, garantindo remuneração justa e segurança financeira para enfrentar riscos climáticos. Reconhecimento, incentivos e pagamento pelos serviços ambientais gerados por meio da produção agroecológica de alimentos pela agricultura familiar.

2. Instrumentos de garantia de safra e proteção financeira para pequenos produtores, promovendo resiliência em caso de perda de produção causada por eventos climáticos extremos. Avançar na reforma agrária e no acesso à terra para

produção de alimentos, assim como priorizar a universalização do acesso aos bens naturais necessários à garantia da segurança alimentar e nutricional, como a água, energia, sementes crioulas, entre outros.

3. Tributação justa e incentivos tributários para alimentos in natura e agroecológicos, com incentivos para produção e escoamento, assegurando que as dietas sustentáveis cheguem aos consumidores com preços acessíveis.

Com estas recomendações, o LUPPA espera contribuir para que os resultados colhidos na COP 29 sobre comida e clima apontem para a superação da insegurança alimentar e nutricional numa perspectiva de atingir os objetivos perseguidos pela Agenda 2030. Sabemos que o Brasil já se prepara para sediar a COP 30 no ano de 2025. Este posicionamento do LUPPA sobre a COP 29 também caminha no sentido de preparar a nossa participação na próxima COP, que será a primeira realizada na Amazônia e que certamente vai ser uma experiência rica e desafiadora.

O LUPPA é uma plataforma colaborativa para facilitar a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica. Um laboratório de políticas públicas responde à necessidade de ampliar o número de cidades brasileiras que elaboram políticas estratégicas e plurianuais para a alimentação. Responde também à necessidade de se ampliarem as fontes de dados e informações sobre os sistemas alimentares locais.

realização



correalização

